

## JUDICIÁRIO

## STF julga futuro da improbidade

Políticos condenados podem voltar à cena eleitoral se legislação mais branda aprovada pelo Congresso for retroativa

» LUANA PATRIOLINO

A contagem regressiva para um dos julgamentos mais esperados do ano termina hoje. As três ações que questionam, no Supremo Tribunal Federal (STF), mudanças na Lei de Improbidade Administrativa têm atiçado os ânimos dos que pretendem voltar ao jogo da política, caso a Corte reconheça a retroatividade da norma. Ao **Correio**, fontes projetaram um placar apertado entre os ministros, com tendência para manter válida a reforma feita pelo Congresso.

O julgamento pode terminar em seis a cinco, com decisão final do ministro Luiz Fux, presidente do STF. O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação, deve apresentar um parecer para votar a retroatividade. No entanto, o posicionamento dele deve ser vencido pela ala mais garantista da Corte, segundo essas fontes.

O resultado do julgamento pode devolver a elegibilidade para políticos que já sofreram condenações pela Justiça, estão proibidos de

disputar eleições, mas pretendem retornar à vida pública a partir de outubro. As ações questionam se as alterações inseridas pela Lei 14.230/2021 podem ser aplicadas retroativamente. O que for decidido pelos magistrados terá repercussão geral, ou seja, valerá para todos os processos em tramitação relacionados ao tema no país.

O próprio Arthur Lira pode ser beneficiado com a manutenção da reforma promovida pelo Congresso. Ele responde a dois processos por improbidade administrativa por sua atuação como deputado federal e estadual. Nos dois casos, a mudança é positiva para o parlamentar por causa da “prescrição intercorrente” — quando vence o prazo legal para que o Judiciário aprecie o caso em benefício do réu, que fica livre das acusações.

Outros conhecidos do meio político, como o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (União Brasil-RJ), o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, o ex-prefeito Cesar Maia (PSDB

-RJ) e o ex-ministro Eduardo Pazuello (PL-RJ) podem ser beneficiados caso a norma mais branda para casos de improbidade seja aprovada pelo Congresso seja retroativa à sanção da lei.

## “Casuismo”

O texto sancionado pelo Legislativo estabeleceu que, para a condenação de agentes públicos, será exigida a comprovação de dolo — a intenção de cometer o crime. Na avaliação do professor Thiago Viana, advogado criminalista, a comprovação do dolo é um ponto de divergência que pode dificultar a punição. “No geral, houve um retrocesso na exigência, porque acabou dando oportunidade para beneficiar políticos já condenados e ineligiáveis por conta da redação anterior da lei”, apontou.

“Fica no ar esse casuismo, em que, a depender do resultado, muita gente que estava fora do jogo vai voltar ao jogo”, avalia o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa.

A aplicação retroativa da

nova lei de improbidade interessa não somente a políticos, mas também a agentes e servidores públicos acusados de atuação irregular durante o trabalho. Segundo o advogado Francisco Zardo, que defende uma procuradora acusada de causar prejuízos ao Erário, a Constituição consagra o direito fundamental à retroatividade da lei mais benéfica — o que também é assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. “A lei retroage em benefício do acusado ou do réu. Além de cumprir a regra da Constituição, a retroatividade das normas mais benéficas quanto ao dolo e à redução dos prazos prescricionais concretiza os princípios da igualdade de todos perante a lei e da razoável duração do processo”, argumentou. Mas ele ressalva que isso não significa impunidade. “O fato de o Supremo reconhecer a retroatividade não deixa a administração pública desprotegida. O STF já decidiu que o ressarcimento do dano recorrente de ato improbidade é imprescritível”, acrescentou. **(Leia mais na página 13)**

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara, Arthur Lira tem interesse direto no julgamento

## CONGRESSO

## Governo aprova MPs que regulam trabalho remoto

» TAÍSA MEDEIROS  
» RAPHAEL FELICE  
» FERNANDA STRICKLAND

Com três medidas provisórias (MPs 1108, 1109 e 1110) que caducam no dia 7 de agosto — e com tentativas de obstrução por parte da oposição — o governo

conseguiu aprovar os textos em pauta, ontem, na Câmara dos Deputados. No Plenário, o líder Ricardo Barros (PP-PR) articulou para desfazer alterações promovidas pelo relator, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), na redação da MP 1108/2022, que regulamenta o trabalho remoto e

híbrido e altera regras do auxílio-alimentação.

O presidente da Força Sindical havia incluído um mecanismo que possibilitaria às empresas pagar o auxílio-alimentação em dinheiro, mas, devido a reivindicações de entidades que representam donos de restaurantes, o trecho foi retirado. No entanto, o deputado inseriu um item que transforma o valor do benefício em crédito para o empregado após 60 dias sem uso do vale, podendo essa quantia ser retirada em

dinheiro, depois de dois meses.

Enquanto o governo batalhava para retirar a medida e retomar o texto original da MP do teletrabalho e do vale-alimentação, a oposição tentou obstruir a pauta durante a votação da MP 1109, que permite regras trabalhistas diferenciadas em casos de calamidade pública. Mas o texto acabou aprovado no fim da noite, sem alterações, assim como a MP 1113, que simplifica concessão de benefícios do INSS.

A primeira medida aprovada pela Câmara dos Deputados foi a

MP 1112, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar). A medida, que também está próxima do vencimento, será custeada por recursos de multas, da Cide-Combustíveis e do valor direcionado a pesquisas por parte das petroleiras.

## Carandiru

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados

aprovou, ontem, o projeto que concede anistia aos policiais militares do estado de São Paulo que foram processados ou condenados pela ação de contenção à rebelião na Casa de Detenção de São Paulo — conhecida como Massacre do Carandiru. A operação policial, deflagrada em 2 de outubro de 1992, resultou na condenação de 73 policiais, responsabilizados pela morte de 111 detentos no complexo penitenciário, em penas que variam de 48 a 624 anos de prisão.

## » Entrevista | PAULO TEIXEIRA | DEPUTADO FEDERAL E SECRETÁRIO-GERAL DO PT

## “Violência política é inaceitável”

» ISABEL DOURADO\*

Secretário-geral do PT, o deputado federal Paulo Teixeira responsabiliza o presidente Jair Bolsonaro pelos problemas que afetam o dia a dia dos brasileiros, como o desemprego, a falta de comida na mesa e o descaso com a pandemia de covid-19. Em entrevista ao *CB Poder*, uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília, Paulo Teixeira também avalia a campanha do ex-presidente Lula na corrida eleitoral para o Palácio do Planalto. Confira os principais trechos da conversa com a jornalista Denise Rothemberg.

## A segurança do ex-presidente Lula preocupa?

Efetivamente, ele tem segurança. A primeira segurança é a do povo brasileiro. Quem vai em uma manifestação está ajudando a garantir a segurança dele. Em segundo lugar, ele tem a segurança própria. Em terceiro, tem a segurança que é destinada aos candidatos pela Polícia Federal. Assim, ele tem uma segurança forte por conta dessa violência política que esse presidente (Jair Bolsonaro) promove. Essa violência política é inaceitável, mas nós respondemos: contra a ideia da força, a força das ideias.

De 2010 para cá, a gente teve

Ed Alves/CB



## um aumento do poder do Congresso, inclusive sobre o orçamento. Como resolver isso?

Em primeiro lugar, ele (Lula) não é como esse presidente da República, que é um irresponsável. Lula administra com responsabilidade. Tem gastos que são importantes. Gastar na saúde é cuidar da saúde do povo. Educação é investimento. Então,

você tem que ter uma regra fiscal que permita o investimento e não exagere com os gastos da própria máquina pública. Tem que acabar com o orçamento secreto, que é uma vergonha para o Brasil. O orçamento tem que ser público e transparente.

Mas é possível acabar com o orçamento secreto? Como?

Tem que acabar, e eu acho que o presidente vai ter uma maioria congressual. E é muito importante que o povo vote nos candidatos a deputado federal e senadores do time do Lula, para garantir apoio e maioria congressual para que esse time que está aí, mexendo com o orçamento secreto, não inviabilize o governo do presidente Lula.

## O PT vai levar para a campanha as imagens das pessoas (contaminadas), dos caixões?

Eu não sei como será o horário eleitoral, mas são muito fortes aquelas imagens do presidente da República falando que a covid-19 era uma gripezinha. São muito fortes as imagens em que ele demitiu um ministro porque esse ministro queria comprar a vacina. O Estado brasileiro comprou vacina tardiamente. Nós deveríamos ter comprado a vacina para o

povo brasileiro em dezembro (de 2019). Atrasou por conta da postura dele.

## Podemos nos preparar para um “revival” da CPI da Covid na campanha eleitoral?

É isso, e teve corrupção na compra de vacinas. Quando compraram tardiamente vislumbraram a possibilidade de ganhar dinheiro ilegal. Corrupção. Então, demoraram para comprar. Quando compraram tentaram pedir propina.

## E as denúncias do mensalão e do petrolão? Vão atingir o PT?

Lula teve todas as acusações e os processos contra ele arquivados. Foi tudo anulado, ele é inocente. A Constituição diz o seguinte: é presunção de inocência. Todo mundo é inocente até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Sobre o Lula, não resta qualquer processo. (\*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria)



ALEXANDRE GARCIA

NÃO CONSIGO ME BASEAR EM PESQUISAS. PRIMEIRO, PORQUE ELAS JÁ ME ENGANARAM HÁ MENOS DE QUATRO ANOS. SE EU PERMITIR QUE ME ENGANEM DE NOVO, A CULPA É MINHA

## Pesquisas e ruas

O jornalista é, antes de tudo, um cético. Começo parafraseando a conhecida frase de Euclides da Cunha sobre o sertanejo. Na natureza do jornalista está o ceticismo, a incredulidade, tal como São Tomé. A ingenuidade, a credulidade, são pecados no jornalismo. A priori, dúvida. Não pode aceitar um fato à primeira vista, como se fosse uma questão de fé. Corre o risco de ser usado. Digo isso para me justificar: não é má-vontade com as pesquisas; é uma questão de

racionalidade, em que a dúvida é o melhor aliado. Tudo isso para dizer que não consigo me basear em pesquisas. Primeiro, porque elas já me enganaram, há menos de quatro anos. Se eu permitir que me enganem de novo, a culpa é minha.

Estamos em agosto. No agosto de 2018, a pesquisa mais conhecida mostra que Bolsonaro tinha a maior rejeição entre os candidatos; Witzel no Rio, Ibaneis no DF, Zema em Minas, eram azarões; Dilma estava eleita senadora

pelos mineiros. Não sei por que milagre, o mais rejeitado dos candidatos acabou presidente da República. Agora, vejo pesquisas que entrevistam 2 mil, num universo de 156 milhões de eleitores. Quer dizer, a agência de pesquisa tem que descobrir 2 mil entrevistados em que cada um deles represente 78 mil eleitores. Explicam que é por um critério de amostragem. Para mim, é um milagre da ciência estatística. A propósito, aconselho ler *Como mentir com estatística*, de Darrell Huff, lançado em 1954 e ainda hoje recomendado — por Bill Gates.

Vejo investidores, banqueiros, empresários, fazendo planejamen-

to para o ano que vem com base em pesquisas eleitorais. Pergunto se as pesquisas de mercado têm fornecido a eles caminhos seguros para apostar no futuro. As pesquisas falam em margem de erro. Não consigo entender a matemática que dá um desconto de 5% ou 2% na psique do entrevistado. Não imagino que as agências estejam movidas pela intenção de apresentar um resultado de sua preferência ou interesse. Apenas imagino como o método é carente de certezas. Para antecipar resultado eleitoral, prefiro a boca de urna. Tampouco consigo me convencer que alguém que era do PT dois meses antes da

eleição tenha votado em Bolsonaro na hora de acionar o teclado da urna.

O mais difícil é acreditar que políticos estejam usando as pesquisas como réguas da sua programação de campanha. Só os ingênuos ou neófitos. Não o veterano político dotado, por natureza, de um instinto para povo, de um sexto sentido que lhe faz sentir o que o povo quer. Seria um populista, um demagogo? Provavelmente não. Pode ser um democrata, que sabe que o poder emana do povo e ausculta o que o povo quer, nos gritos, nas falas, nos gestos, nas vaias, nas ruas. No ceticismo jornalístico, vale o que vejo e não o que está escrito.